

EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO: UMA REFLEXÃO DA TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Patrícia Santos¹

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha²

Resumo: A educação no Brasil passou e ainda passa por muitas problemáticas que são consequência de seu processo de formação histórica. A educação do/no campo é um projeto que vem sendo arduamente construído pelos movimentos sociais que busca atender os anseios e as necessidades dos sujeitos que vivem no campo. Historicamente, a educação rural foi o único projeto existente para o campo que não valorizou os saberes, práticas e culturas desses sujeitos, reforçando a sua exclusão. As mudanças que ocorreram no campo, principalmente com a modernização agrícola, também foram importantes para se repensar essa educação rural, no entanto, foi a emergência dos movimentos sociais, que intensificou-se no Brasil na década de 1990, que trouxe inúmeras contribuições e avanços na luta pela construção de um projeto de educação do campo que respeitasse a sua diversidade. O trabalho aqui proposto parte de uma reflexão histórica sobre a educação do/no campo no Brasil tem como objetivo trazer reflexões preliminares acerca dos retrocessos que abarcam o campo e que vêm afetando o âmbito educacional. O estudo parte de um levantamento bibliográfico que realiza uma contextualização histórica da educação do campo no Brasil, indica alguns apontamentos da educação do/no campo brasileiro e debate as políticas que garantem ou prejudicam a continuidade deste projeto no país.

Palavras-chave: Educação do/no Campo; Reflexão Teórica; Fechamento de escolas.

Introdução

Este trabalho é uma reflexão teórica do histórico da educação do/no campo no Brasil. Diante de tantos retrocessos pós golpe de 2016, consideramos importante fazer apontamentos e refletir sobre o processo da educação brasileira.

Buscamos fazer um breve histórico desde o início da educação brasileira com a vinda dos jesuítas ao Brasil até a educação do/no campo hoje. Ao longo de vários anos, a educação do/no campo nunca foi pensada embora por muito tempo a população brasileira tenha sido predominantemente rural.

A princípio a ideia da educação estava relacionada pela necessidade de alfabetizar os filhos dos europeus que vieram para o Brasil no período colonial, além de implantar a cultura europeia aos nativos brasileiros. Os filhos dos europeus eram instruídos pelos jesuítas, enquanto os povos nativos eram catequizados.

Desde o início a educação se sucedeu de forma excludente, o que ainda reflete nos dias atuais. Nosso país nunca colocou a educação como prioridade ou que tivesse uma importância, quando se pensava em educação ela estava apenas ligada ao desenvolvimento econômico do país. A questão fundiária foi algo que também determinou a exclusão dos povos do campo. Em todos os períodos, a elite agrária buscava medidas de permanecer hegemônica.

¹ Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, Membro e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários - NaTERRA

² Docente do Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS), Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Coordenadora e Pesquisadora do Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários -Naterra

Devido a industrialização brasileira, a população rural começou a sair do campo para as cidades, diante disto a educação rural começou a ser pensada numa tentativa de manter essa população do campo, pois a elite agrária precisava de trabalhadores.

As primeiras escolas rurais que surgiram eram chamadas de escolas agrícolas, porém estas não chegaram a funcionar plenamente pois se faltava materiais. Embora construídas no campo, essas escolas foram pensadas na lógica da cidade.

Por vários anos a educação no campo nunca teve uma proposta que pensasse nos sujeitos do campo, na sua cultura e modo de vida. É a partir dos movimentos socioterritoriais, mais especificamente com o MST que se via a necessidade de uma educação voltada e pensada para a população do campo, uma educação DO campo.

A educação do campo surge como uma proposta não apenas educacional mas de resistência, que valoriza a identidade do sujeito do campo na escola, que seus ensinamentos estejam adequados a realidade e necessidades dos alunos do campo, que o calendário escolar esteja de acordo com o ciclo agrícola, entre outras características.

Embora as primeiras discussões sobre a educação do campo em 1996, ela só foi constituída como política pública em 2008, demonstrando que o Brasil ainda tem muito o que caminhar para efetivar uma verdadeira concepção de educação do campo.

Apontamos também que a educação do campo não está dissociada da reforma agrária brasileira. O modelo hegemônico de desenvolvimento do campo baseado no agronegócio é um impasse que afeta diretamente a reforma agrária e a educação do campo, visto que para que se tenha uma educação do campo é necessário a permanência e condições de reprodução dos sujeitos do campo e isso só será possível com a realização de fato da reforma agrária.

Outra reflexão aqui apontada diz respeito ao fechamento das escolas do/no campo no Brasil, embora os dados ainda seja como “procurar agulha no palheiro” há indícios de que o fechamento das escolas venha ocorrendo de forma frequente, o que pode ser um dos fatores que esteja levando a grande evasão escolar.

O trabalho foi dividido em dois momentos além da introdução e considerações finais, a metodologia utilizada parte de levantamento e análise bibliográfica. Embora este trabalho tenha sido reflexões sobre a trajetória da educação do/no campo no Brasil, abre espaço para outras pesquisas que contemplem a temática, visto que este ainda é um tema novo e que se tratando da atual conjuntura política do país requer um olhar minucioso a temática.

A Trajetória da Educação do/no Campo no Brasil

A história da educação no Brasil foi marcada por seu caráter seletivo e excludente, que evidenciava a presença de uma elite no qual a educação era meio de controle. Com a invasão europeia, os jesuítas vieram para “educar” os povos nativos brasileiros, implantaram sua cultura de forma que pudessem dominar e para que esses povos não se rebelassem, mantendo-os sobre controle afim de exploração. Somente após os cinquenta primeiros anos de colonização que os jesuítas deram início ao seu trabalho.

Pouco a pouco gerou-se a necessidade de educar os filhos dos portugueses que aqui ocuparam, onde implantou-se um processo de ensino-aprendizagem proveniente da cultura europeia que possuía mais de 300 anos. Para os nativos (indígenas), uma educação dominante, para os filhos dos portugueses uma educação que desenvolvesse sua aprendizagem baseada na cultura (MARINHO, 2008). A exclusão da educação já se encontrava evidente, pois aos filhos dos colonos cabia aos jesuítas a missão de instruir, já aos nativos, cabia a missão de catequizar.

A Companhia de Jesus era a única forma de educação até então implantada no Brasil após a colonização e vigorou até 1759. Após esse período, a Companhia de Jesus foi substituída por aulas régias por determinação do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo. Após o afastamento dos jesuítas das práticas educacionais, o Marquês de Pombal, editou outras medidas lançando novas práticas educacionais.

As aulas régias criadas eram avulsas, onde não se articulavam uma com a outra, havia aulas de letras, latim, grego, filosofia, geografia, matemática dentre outras. Os professores que ministravam essas aulas eram nomeados pelas autoridades de cada região. Ao todo, o país contou com 44 aulas régias divididas não igualmente entre os 7 Estados brasileiros: Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Pará, Maranhão e São Paulo. Neste período, o país já enfrentava uma das problemáticas da educação que o acompanha até hoje, os baixos salários dos professores. Na época muitos professores não permaneceram nos cargos em função destes baixos salários (VAZ, 2010).

Embora nosso país tenha sido predominantemente rural, a educação no campo historicamente nunca foi pensada, nem mesmo no período colonial, sendo este um debate que surge no país apenas do final do século XX. Segundo Marinho (2008), para a Coroa portuguesa, o Brasil era um país de exploração, onde a riqueza deveria sair daqui para Europa, e não o contrário. Além disso, para que a riqueza chegasse até Portugal, era necessário um serviço braçal em que o homem não precisava ler e escrever, tornando também sua fácil manipulação. Os povos que constituíam o Brasil, índios, mulheres e posteriormente os negros eram pessoas que não tiveram resguardado o direito a educação. A educação no campo, por exemplo, dependia do senhor de terras, pois eles eram parte da elite que havia se formado no nosso país. Então se para eles a educação no campo que viesse atender esses povos não fosse de seu interesse, logicamente não a apoiaria.

Neste sentido, historicamente no Brasil a educação, além de excludente, garantiu o controle de uma classe dominante sobre outras, provocando uma exclusão social, concentração fundiária e escravidão. A concentração fundiária no Brasil no final do século XVIII não permitia que lavradores permanecessem na terra de forma que fossem independentes, portanto, os conflitos por terra vinham ocorrendo em todo o país. A proximidade com o fim da escravatura agravaria ainda mais esses conflitos. Gerou-se uma preocupação da elite burguesa em manter o controle sobre a terra de alguma forma. Não era de interesse da elite discutir a educação no campo.

Em meio a esse contexto, o Império decreta a Lei de Terras em 1850, que surge com finalidade de restringir o acesso por terras. A partir desta data, só teria acesso a posse da terra quem tivesse capital para adquiri-la. Os negros que estavam sendo libertados e os lavradores não teriam como acessar a terra, desta forma, esse processo fortaleceu ainda mais a exclusão, concentração fundiária e as desigualdade (MORISSAWA, 2001).

Com a libertação dos negros e a criação da Lei de Terras, a única saída era vender a força de trabalho aos fazendeiros que, com a vinda dos imigrantes europeus, aumentou a massa da população rural. O aumento da parcela da população rural e uma classe intermediária que se constituía compreendeu, no segundo Império, a necessidade da escolarização no campo. Assim, começaram a aparecer as primeiras intenções para a educação no campo (FERNANDES, 2012).

As primeiras escolas em meio a zona rural que foram construídas não funcionavam, sobretudo as escolas agrícolas, pois não possuíam o material necessário. A lógica da construção dessas escolas eram as mesmas das escolas urbanas. (MARINHO, 2008).

O período de 1930 a 1936 no Brasil é marcado por mudanças, onde uma sociedade oligárquica passa a ser urbano-industrial. Nesse mesmo período é que surge na constituição políticas de âmbito educacional no país. A constituição de 1934 no artigo nº 150, propunha a necessidade de um Plano Nacional de Educação e, neste período, o ensino primário passa a ser obrigatório, gratuito e extensivo aos adultos. (MARINHO, 2008).

Em 1933, inicia-se a alfabetização no campo. Em 1935, através da realização do 1º Congresso Nacional de Ensino Regional, fundou-se a Sociedade Brasileira de Ensino Rural (OLIVEIRA, 2008). Porém, é com o Estado Novo, em 1937, que se fortaleceu a preocupação com a educação no campo, objetivando a expansão do ensino rural e do folclore. Souza (2014) aponta que esta expansão do ensino rural e do folclore tinha um sentido de difusão ideológica. Era necessário alfabetizar sem se descuidar da disciplina e do civismo. No Estado Novo, sobretudo com Vargas, a educação se assumiu um aparelho ideológico forte, se colocando a serviços e interesses do imperialismo (Souza 2014 apud Paiva, 1987).

Essa preocupação com a educação rural começou a ganhar forma devido ao grande fluxo migratório do campo para a cidade – processo de industrialização que começava a se instalar no país. Com a saída dos homens do campo para trabalhar nas indústrias da cidade, houve a criação de um projeto chamado Ruralismo Pedagógico, que atendia aos interesses dos fazendeiros em manterem essa população no campo.

Mais uma vez, a educação rural se propaga não para atender aos sujeitos do campo, mas sim atender aos interesses de oligarquias rurais e conter o fluxo migratório. Essa necessidade do homem do campo em ir para cidade com a industrialização é consequência da desigualdade e exclusão carregada desde o período colonial, onde negros, índios e lavradores não tiveram acesso à terra que não fosse de forma subordinada a elite.

A modernização do campo, foi uma modernização conservadora que acentuou o processo de migração e exclusão do homem do campo. A agricultura passa a ter um aprofundamento das técnicas com a crescente presença de insumos industriais e máquinas, ocorrendo uma integração com a indústria. Essa modernização atingiu a uma pequena parcela do campo, a elite agrária. Com a introdução das técnicas os camponeses se viram a margem a esse processo, o que até nos dias atuais vem dificultando sua permanência e reprodução no campo.

Delgado (2001) traz que a modernização conservadora da agricultura nasce com a derrota do movimento pela reforma agrária que era uma resposta a política agrícola dos anos 50 com a valorização cafeeira. As políticas agrícolas adotadas pelo governo brasileiro têm por objetivos manter inalteradas as formas de acumulação dominantes na sociedade. Logo o desenvolvimento proposto a ser atingido através da modernização pelo país só se tratava da geração e acumulação cada vez maior de capital por meio de uma classe hegemônica. A visão de desenvolvimento não pretendia e nem pretende atender a classe trabalhadora, pois ao ter políticas agrícolas/agrárias que sejam direcionadas a classe camponesa é romper-se com a estrutura proposta pelo capital, alterando a condição dessa classe de sujeito subordinado.

O Ruralismo Pedagógico não surtiu muito efeito, visto que sua proposta não visou atender as necessidades e reconhecer esses sujeitos do campo sem terra e com uma educação que não evidenciasse a exclusão social que estavam mergulhados.

Em 1960, a educação era vista como sinônimo de desenvolvimento, e o grande empecilho para modernizar era a ausência de mão de obra qualificada, por isso, era necessário que a educação cumprisse esse papel. Em 1961, fixou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 4.024/61, que foi passado aos municípios a estruturação da

escola fundamental rural (FERNANDES, 2012). A descentralização da escola de ensino fundamental rural seria uma alternativa de fato para se ter uma visão mais próxima da educação rural, porém isso demonstrou que a educação rural ainda era marginalizada, visto que não houve suporte aos municípios das instâncias federal e estatal.

A década de 1960 marcou também o golpe militar. O presidente João Goulart anunciava reformas de base, e dentre elas a reforma agrária, vista como uma necessidade estrutural para o país. Como sinalizado acima, a reforma agrária sendo uma política agrária teria o efeito de modificar as estruturas no campo, pois esta abarca não só a distribuição de terras, mas a educação, organização cooperativa e uma série de outras questões que ainda constituem a problemática agrária do país. Após o Golpe em 1964, é anunciada a Lei nº 4.504/64, criada da contradição, chamada de Estatuto da Terra, que foi mais uma medida de conter os conflitos sociais e preservar as benesses da elite.

Os povos do campo ao longo da história sempre vieram sofrendo golpes, pois embora, por muitos séculos, a população brasileira fosse predominantemente rural, a lógica das políticas agrícolas/agrárias sempre foram pensadas para atender uma parcela mínima dessa população, onde até a educação era pensada num contexto urbano, afim de atender aos filhos dos grupos oligárquicos. Quando a educação era destinada a classe rural trabalhadora, esta era pensada apenas para promover o crescimento econômico do país, um desenvolvimento que não atingiria essa classe.

O analfabetismo era apresentado como um dos principais obstáculos para o desenvolvimento do país. Em 1967, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) tinha como objetivo erradicar o analfabetismo da população adulta tanto do campo como da cidade e integrá-la a sociedade. Posteriormente em 1980, outra política é instaurada no mesmo sentido do MOBRAL, o EDURURAL.

O EDURURAL foi um programa financiado pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) que tinha uma execução restrita aos nove estados da região Nordeste. O programa era restrito ao meio rural nordestino com a justificativa de que se encontrava no processo de marginalização cultural tendo como proposta uma mudança significativa no meio educacional (SOUZA, 2001). Porém, nem o MOBRAL nem o EDURURAL conseguiram atingir aos seus objetivos.

Embora tenha sido na década de 1980 que se inicia a consolidação das escolas rurais, muitas dessas começaram a fechar devido a diminuição de alunos nas comunidades em consequência do abandono da população do campo rumo à cidade (BAVARESCO; RAUBER, 2014).

Vários movimentos e mobilizações no final da década de 1980 começaram a ocorrer, sobretudo com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O MST, para além da luta pela terra, deu início às discussões sobre o futuro da educação das crianças acampadas, problematizando a garantia das escolas desde o processo de lutas até a conquista do assentamento rural. É neste contexto que surgem as primeiras discussões sobre a educação do campo e não mais uma educação rural pautada no campo.

Educação do/no campo: luta e resistência camponesa

Ao longo deste artigo, os apontamentos feitos nos levam a refletir como a educação, sobretudo a educação no campo, é tratada e pensada de maneira excludente. Vimos até agora uma educação no campo, ou seja, uma educação rural, pensada para a cidade aplicada ao campo. Trazida pelos movimentos sociais e por vários estudiosos do tema, a discussão sobre a educação do campo surge como sinônimo de resistência e enfrentamento da população camponesa.

A educação no campo ao longo da história foi marginalizada, reafirmando que o homem do campo é um sujeito atrasado, que majoritariamente por exercer um trabalho braçal não necessitaria de educação, afinal esta também vem acompanhada ao controle da elite, visto que quanto menos esses sujeitos do campo souberem, mais fácil será sua exploração. Em meio a todo esse resgate teórico colocado sobre a educação desde o período colonial vemos que embora com suas problemáticas ocorreu uma educação rural, mas de forma que essa educação não valorizasse o campo e os sujeitos que o representam. A educação pensada para o campo esteve atrelada ao desenvolvimento do país de maneira que a elite agrária pudesse exercer um controle sobre os povos do campo.

A proposta da educação do campo vem acompanhada não somente a uma educação que reconheça o camponês preservando suas crenças, modo de vida e costumes, mas significa tratar a disputa entre agronegócio e campesinato e nos seus diferentes modelos de desenvolvimento para o campo.

[...] Mas as brutais diferenças sociais; ambientais; culturais; políticas e econômicas, entre estas duas lógicas de organizar a agricultura: a lógica do agronegócio e a lógica da agricultura familiar camponesa não estão suficientemente claras para o conjunto da sociedade - muitas vezes, não estão claras nem nos próprios assentamentos e nas escolas do campo, pois assim como o conjunto da sociedade, estes territórios têm sido objeto de intensa disputa ideológica.

Falar de Educação do Campo, de acordo com sua materialidade de origem, significa falar da questão agrária; da Reforma Agrária; da desconcentração fundiária; da necessidade de enfrentamento e de superação da lógica de organização da sociedade capitalista, que tudo transforma em mercadoria: a terra; o trabalho; os alimentos; a água, a vida... (MOLINA, 2015, p. 381).

A questão agrária está intimamente ligada a ideia da educação do campo, pois a não reforma agrária e a exploração do agronegócio sobre o campesinato culmina na derrota da educação do campo. Para garantir a educação do campo, é necessário a garantia da permanência desses sujeitos no campo, e o enfrentamento ao agronegócio, visto que as contradições provocadas pelo agronegócio excluem qualquer ideia de educação do campo.

A educação do campo não pode ser compreendida apenas no sentido da educação escolar.

Fazer essa redução é extremamente grave porque tira a dimensão do conflito, da luta de classes, reduzindo-a aos processos de ensino aprendizagem que ocorrem no ambiente escolar. Estes processos são importantes e é necessário incidir sobre eles, pois ao fazer isso, também incidimos sobre como vai se constituindo a leitura de mundo dos educandos - apesar de ser muito mais que isso o desafio e a tarefa da Educação do Campo (MOLINA, 2015, p.382).

Em 1996, a LDB (9.394/96) destina os artigos 23, 26, 28 para a educação do campo. É a primeira vez que o tema da educação do campo aparece na constituição, apresentando uma vitória da luta do povo camponês.

Em 1997, acontece o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA) que afirma o sentido muito mais amplo da educação do campo, que esta não caminha de forma isolada da questão agrária.

No ENERA participaram cerca de 700 pessoas, sendo assentados e acampados, educadores a maioria, representantes de universidades e

de instituições que apoiam o Movimento ou com ele têm parceria. O eixo de reflexão do ENERA eram problemas econômicos, sociais e educacionais de acampamentos/ assentamentos. Analisou-se da educação infantil à educação de jovens e adultos. As principais conclusões mostraram que apesar do descaso e do abandono do governo federal, efervesciam experiências, frutos de concepções pedagógicas desenvolvidas na luta pela Reforma Agrária pelos militantes do MST (MOLINA, 2003, p. 49).

A luta e discussões pela educação do campo se tornavam cada vez mais intensas. Diante disso, em 1998, por meio da Portaria Nº. 10/98, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA), uma política pública de Educação do Campo desenvolvida em áreas de Reforma Agrária, cujo objetivo é fomentar o território rural como forma de vida em todas as dimensões: econômicas, sociais, políticas, culturais e éticas (INCRA, 2004). Posteriormente, o PNERA incluiu também os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

Em 2010, por meio do Decreto nº 7.352, a educação do campo é reconhecida como uma política pública no qual reconhece a população do campo: agricultores familiares, extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. Em seus princípios, essa política destaca a educação do campo como: valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdo curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

Sem dúvidas, as políticas públicas conquistadas através de muita luta dos movimentos sociais e povos do campo são extremamente importantes para constituir a educação do campo. Porém, não podemos deixar de fazer a crítica a essas políticas, pois como colocado anteriormente, a Educação do Campo não se estabelece somente pela educação escolar. A questão agrária tem relação direta com a educação do campo, quando ocorre retrocessos fora do âmbito da educação, estes estão intimamente ligados com o desmanche da educação do campo.

Analisando as políticas agrárias entre os governos de Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff temos a certeza de que pouco se alterou em relação a estrutura fundiária que é uma das problemáticas do campo ocorridas desde o período colonial.

Baseado no relatório de dados da luta pela terra, o DATALUTA, Fernandes; Coca; Vinha; Cleps Júnior; Dantas e Filho (2017) demonstram que do governo de FHC até o segundo governo de Dilma em 2014 as propriedades de até 100 hectares predominantemente camponesas cresceram 65%, enquanto propriedades superiores a 100 hectares cresceu 81%. Isso demonstra que a territorialização do agronegócio ainda segue superior a territorialização camponesa. Ainda, segundo os autores, entre os governos Lula e Dilma os movimentos socioterritoriais tiveram uma redução, de 38 para 21 movimentos.

Embora saibamos que a luta pela terra também seja uma luta pela educação do campo, a redução dos movimentos logo da pressão exercida por eles, contribuem para a expansão do agronegócio.

Pensando nessas problemáticas do campo que estão intimamente ligadas com a educação do campo é ainda mais preocupante na conjuntura pós golpe de 2016.

Em 2016 a então presidenta Dilma eleita de forma democrática foi destituída do cargo, o golpista Michel Temer assume a presidência do país. Claramente mobilizado por interesses das classes hegemônicas brasileiras, o golpe trouxe diversos retrocessos. “Em poucos meses, o governo golpista já contabiliza inúmeros retrocessos – a extinção do MDA, a reforma previdenciária e as mudanças na aposentaria rural, o novo decreto que prevê alterar as regras para a demarcação de terras indígenas e a liberação da compra de terras para estrangeiros (FERNANDES; COCA; VINHA; CLEPS JUNIOR; DANTAS; FILHO, 2017, p. 12). ” Outra medida adotada pelo governo petista que limita por 20 anos os gastos públicos foi a PEC 55/2016 e afeta diretamente a saúde e educação por ter uma redução significativa dos gastos nestes dois setores.

Estamos diante de momentos de incertezas e retrocessos no nosso país, em que a luta principalmente dos movimentos socioterritoriais se faz cada vez mais necessária. Embora saibamos que essas medidas afetem a população como um todo, principalmente a classe trabalhadora, seus efeitos no campo são ainda mais visíveis, pois o campo em todo contexto histórico brasileiro sempre esteve a margem das discussões prioritárias do país.

Desta forma, nota-se que o Estado ainda não conseguiu reconhecer os sujeitos do campo. A exemplo disto é a própria educação. Mesmo que hoje possamos falar de uma educação do campo, esta só foi possível através da luta dos movimentos socioterritoriais e povos do campo. O Estado define como escolas do campo todas aquelas que se encontram no campo. Porém como trazido ao longo da nossa reflexão, a educação do campo está muito além de ter uma escola localizada no campo.

Neste artigo, defendemos a educação do campo, porém como foi pontuado, nem todas escolas no campo são orientadas pelo projeto de educação do campo. Diante disso, fazemos uma última reflexão, adentraremos na questão do fechamento das escolas que estão localizadas no perímetro rural, demonstrando que, à frente do cenário de retrocessos, a conquista por escolas do campo estão cada vez mais difíceis.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realizadas em 2014, mais de 37 mil escolas do/no campo foram fechadas nos últimos 15 anos. Só no ano de 2014 foram fechadas 4.084 escolas do/no campo, o estado da Bahia foi o que teve uma maior representação de escolas fechadas, totalizando 872 escolas, na região Sudeste e Sul, Minas Gerais foi o Estado que mais fechou escolas neste ano, totalizando 290 escolas.

Embora o INEP realize o censo escolar, ainda é muito difícil obter de forma precisa o fechamento das escolas, pois não existe uma base específica que demonstra isso. Um dos apontamentos iniciais que podemos fazer em relação ao fechamento dessas escolas diz respeito à descentralização que ocorreu no país. De acordo com a LDB nº 9.394/96 dividem-se as atribuições dos entes federativos quanto a educação, os municípios são responsáveis pela Educação Infantil e pelo Ensino Fundamental, os estados pelo Ensino Fundamental e Médio e a União pela Educação Superior.

Com isso, muitos estados passaram a responsabilidade da Educação Fundamental para os municípios os quais recebiam parte da verba para custeios de transporte escolar através do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), sendo assim, muitas vezes não é interessante economicamente ao município manter as escolas do/no campo, passando a transportar esses alunos para estudarem na

cidade. Além dos alunos ter um deslocamento maior para chegarem a escola, o sistema de transporte ainda é sucateado pelos municípios.

Um fato que vem evidenciando o quão problemático é o fechamento de escolas sobretudo nas áreas rurais é a evasão escolar. Segundo o INEP (2017) entre os anos de 2014 a 2015, o índice de evasão escolar entre os alunos matriculados nos 1º e 2º anos do Ensino Médio foi de 12,9% e 12,7%. O 9º ano do Ensino Fundamental possui a terceira maior taxa de evasão que chega a 7,7%.

Através de uma notícia do G1 (2017) sobre os dados divulgados pelo INEP, a evasão das escolas rurais é ainda maior. No estado do Pará por exemplo, a taxa de evasão do Ensino Médio das escolas rurais chega a 16%. Com o fechamento das escolas rurais e o sistema de transporte precário, o abandono é a única alternativa dos alunos. A maior parte dos alunos das escolas rurais trabalham com a família no campo ou para terceiros, quando a escola é fechada o aluno precisa se deslocar uma distância maior para ter acesso ou a outra escola rural ou a escola da cidade que juntamente com o transporte precário leva o aluno a desistir da educação.

A educação do campo está muito além do ensino, esta é uma de que os sujeitos do campo possam continuar reproduzindo seu modo de vida e se reconhecendo enquanto sujeitos por isso ela deve estar como prioridade as políticas de governo. A reforma agrária também não se encontra isolada da educação do campo. Entendemos que para que ocorra de fato uma educação com a política pedagógica da educação do campo, esta deve vir de conjunto com a implantação da reforma agrária.

Considerações finais

Feito esta reflexão teórica e histórica da educação do/no campo no Brasil é evidente que nosso país tem muito o que construir e repensar a educação, sobretudo a educação do campo.

Embora nosso país tenha um histórico de predominância camponesa, falar-se em educação rural demorou muitos anos. A princípio esta educação foi pensada como forma de conter o êxodo rural provocado pela industrialização do país. A política pedagógica das escolas do campo eram as mesmas adotadas nas escolas urbanas.

Embora hoje ainda vemos que a maioria das escolas do campo não reconheçam os sujeitos e continuam adotando as mesmas medidas das escolas urbanas, uma nova proposta de educação para os povos do campo tem sido pensada, a educação do campo. As escolas do campo têm a função de pensar em âmbito político, social, cultural e econômico uma educação que de fato esteja voltada para os sujeitos que fazem parte da realidade camponesa. Essa educação parte da construção da luta e resistência tanto dos povos do campo como dos movimentos socioterritoriais.

A reforma agrária está intimamente ligada a educação do campo, visto que esta é mais uma forma de resistir a expansão do agronegócio. É necessário que haja políticas agrícolas/agrárias que de fato sejam construídas para atender os anseios da população camponesa.

Por vários anos a questão fundiária no nosso país tem se perpetuado, a maior parte das terras estão nas mãos de uma elite agrária que por séculos vem tentando impedir os avanços do campo. É num cenário de golpe que apontamos como a luta dos movimentos socioterritoriais se faz ainda mais importante.

Embora tenhamos feito um resgate histórico da educação do campo, salientamos a importância de continuar as discussões sobre a temática e vemos que ainda temos muito o que se aprofundar nessa questão.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, 1996.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispões sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. **Diário Oficial da União**. 2010.

BAVARESCO, P. R.; RAUBER, V. D. **Educação do campo: uma trajetória de lutas e conquistas**. Joaçaba: Unoesc e Ciência, v. 5, n. 1, p. 85-92, jan/jun, 2014.

DELGADO, G. C. **Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária**. Estudos Avançados. USP, v.15, n.43, p. 157-172, set/dez, 2001.

FERNANDES, B. M.; COCA, E. L. de F.; VINHA, J. F. de S. C.; CLEPS JUNIOR, J.; DANTAS, J. C.; FILHO, J. S. **A Questão Agrária na segunda fase neoliberal no Brasil**. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Presidente Prudente, janeiro de 2017, n. 109. ISSN 2177-4463.

FERNANDES, I. L. C. **Educação do Campo: a trajetória de um processo de mudanças para os povos do campo**. Uberlândia: Revista Ed. Popular, v.11, n.2, p.58-69, jul/dez, 2012.

G1.COM. **Evasão escolar no ensino médio alcança 11% do total de alunos, apontam dados do censo**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/educacao/noticia/abandono-no-ensino-medio-alcanca-11-do-total-de-alunos-apontam-dados-do-censo-escolar.ghtml>>. Acesso em: maio de 2018,

INCRA. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária: Manual de Operações**. Brasília, 2004.

INEP. **INEP divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica**. Notícias. Junho de 2017. Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206>. Acesso em: maio de 2018.

MARINHO, R. E. **Um olhar sobre a educação rural brasileira**. Brasília: Universia, 2008).

MOLINA, M. C. **Educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas**. Viçosa: Educação e perspectiva, v.6, n.2, p. 378-400, jul/dez, 2015.

_____. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável**. 2003. Tese. (Doutorado em desenvolvimento sustentável). Centro de desenvolvimento sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, M. R. D. **Dos programas oficiais para educação rural aos projetos de educação do campo dos movimentos sociais**. Revista Labor, v. 1, n.1. Fortaleza, 2008.

SOUZA, J. N. de. **EDURUAL/NE e a proposta pedagógica adaptada ao meio rural: a teoria se confirma da prática?**. São Paulo: Tese (doutorado), 256 p. 2001.

SOUZA, M. M. de. **Imperialismo e educação do campo**. Araraquara: São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014,

VAZ, F. A. B. **História da educação e da escola brasileira: uma peça “encenada” em um “cenário político – econômico nacional?** IX Jornada de HISTEDBR, Pará, 2010. Disponível em: <

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/trabalhos.html>.

Acesso em: maio de 2018.